



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Chorrochó

1

Quarta-feira • 25 de Maio de 2016 • Ano VIII • Nº 304

Esta edição encontra-se no site: www.chorrocho.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de Chorrochó publica:

- **Lei Municipal Nº 326/2015 de 30 de Junho de 2015** - Estabelece a Política Municipal do Meio Ambiente e da Proteção à Biodiversidade, institui o Fundo Municipal do Meio Ambiente –FMMA e cria o Sistema Municipal do Meio Ambiente –Sismuma, do município de Chorrochó, Bahia e dá outras providências.



Esse município tem Imprensa Oficial.

A Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a população tenha acesso e sua gestão seja transparente e clara. A Imprensa Oficial criada através de Lei, cumpre esse papel.

Imprensa Oficial do Município.

Gestão Transparente e consciência limpa.

Leis



GABINETE DA PREFEITA

LEI MUNICIPAL Nº 326/2015 DE 30 DE JUNHO DE 2015

EMENTA: “Estabelece a Política Municipal do Meio Ambiente e da Proteção à Biodiversidade, institui o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA e cria o Sistema Municipal do Meio Ambiente – SISMUMA, do município de Chorrochó, Bahia e dá outras providências”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CHORROCHÓ, ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida, em todas as suas formas, a ser implementada de forma descentralizada, integrada e participativa.

Art. 2º Ao Poder Público e à coletividade incumbe defender, preservar, conservar e recuperar o meio ambiente, observando, dentre outros, os seguintes princípios:

I – do respeito aos direitos e deveres fundamentais que asseguram o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;

II - do desenvolvimento sustentável como norteador da política socioeconômica e cultural do Município;

III – da prevenção da precaução;

IV - da função social da propriedade;



V – da obrigatoriedade da intervenção dos órgãos municipais , no limite d sua competência, nas ações que possam causar poluição e degradação ambiental;

VI – da participação da sociedade civil;

VII - da responsabilidade ambiental do usuário-pagador e do poluidor-pagador;

VIII – do acesso às informações relativas ao meio ambiente;

IX – da educação ambiental para o pleno exercício da cidadania ambiental;

X – da cooperação entre Municípios, os Estados, o distrito federal e a União, considerando a abrangência e independência das questões ambientais.

Art. 3º A Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade tem por objetivo:

I - melhorar a qualidade de vida, considerando as limitações e as vulnerabilidades dos ecossistemas;

II - compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a garantia da qualidade de vida das pessoas, do meio ambiente e do equilíbrio ecológico e da proteção do sistema climático;

III - otimizar o uso de energia, bens ambientais e insumos, visando à economia dos recursos naturais e à redução da geração de resíduos líquidos, sólidos e gasosos;

IV - promover o desenvolvimento sustentável;

V - promover e disseminar o conhecimento como garantia da qualidade ambiental;

VI - garantir a perpetuidade da biodiversidade e de seu patrimônio genético e a repartição equitativa dos benefícios derivados da sua utilização e dos conhecimentos tradicionais a eles associados;

VII - assegurar a equidade e a justa distribuição de ônus e benefícios pelo uso do meio ambiente e da biodiversidade;

VIII - assegurar a prevenção e a defesa contra eventos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos ambientais;

IX - garantir a repartição de benefícios pelo uso da biodiversidade e promover a inclusão social e geração de renda."

Art. 4º Constituem diretrizes gerais para a implementação da Política Municipal do Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade:

I - a concepção do meio ambiente em sua integralidade, considerando a interdependência entre o meio e o natural, o socioeconômico e o cultural, sob o



enfoque da sustentabilidade e o controle da qualidade ambiental abrangendo todos os tipos de poluição, incluindo a sonora e a visual;

II – a incorporação da dimensão ambiental como questão transversal nas políticas, planos, programas, projetos e atos da administração pública;

III – inclusão dos representantes dos interesses econômicos, das organizações não governamentais, das comunidades tradicionais e da comunidade em geral na discussão, na prevenção e na solução dos problemas ambientais;

IV – a promoção da conscientização pública para a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural e viabilizar a participação da comunidade no planejamento ambiental e urbano, nas análises dos resultados dos estudos dos impactos ambientais ou de vizinhança;

V – o incentivo e o apoio às entidades não governamentais de cunho ambientalista, sediadas no Município;

VI – os incentivos à produção e a instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental, considerando:

a. a prevenção dos riscos de acidentes nas instalações e nas atividades com significativo potencial poluidor;

b. o estabelecimento de normas de segurança no tocante ao armazenamento, transporte ou manipulação dos produtos, materiais ou rejeitos perigosos ou potencialmente poluentes;

VII – a arborização e a recuperação da cobertura da sede municipal, dos distritos, das vilas e dos povoados;

VIII – a educação sanitária e ambiental, em todos os níveis de ensino público e privado do município em caráter formal e não formal, para a adoção de hábitos, costumes, posturas, práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente.

IX – a formação e a capacitação dos servidores integrantes dos órgãos do **SISMUMA** para o desempenho e o exercício da gestão ambiental com eficiência;

X – a orientação e difusão de conceitos de gestão e de tecnologias ambientalmente compatíveis nos processos de extração mineral;

XI – a articulação e a compatibilização da política municipal com as políticas de gestão e proteção ambiental no âmbito federal e estadual, visando a integração do município ao:



- a. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (**SISNAMA**) e o Sistema Estadual do meio Ambiente (**SISEMA**) e, em especial, com órgãos ambientais dos Municípios limítrofes;
- b. O Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (**SINGREH**), apoiando e participando da gestão das bacias hidrográficas que faça parte do território municipal;

Paragrafo único. Os órgãos do **SISMUMA** deverão adotar as presentes diretrizes para a implementação das respectivas políticas públicas.

Art.5º Para os fins desta Lei entende-se por:

Meio Ambiente: a totalidade dos elementos e condições que, em sua complexidade de ordem física, química, biológica, socioeconômica e cultural, e em suas inter-relações, dão suporte a todas as formas de vida e determinam sua existência, manutenção e propagação, abrangendo o ambiente natural e o artificial;

Recursos Ambientais: os recursos naturais, tais como o ar, a atmosfera, o clima, o solo e o subsolo; as águas interiores e costeiras, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial; a paisagem, a fauna, a flora; o patrimônio histórico-cultural e outros fatores condicionantes da salubridade física e psicossocial da população;

Degradação Ambiental: a alteração das características dos recursos ambientais resultantes de atividades que, direta ou indiretamente:

- a) causem prejuízos à saúde, à segurança e ao bem-estar da população;
- b) causem danos aos recursos ambientais e aos bens materiais;
- c) criem condições adversas às atividades socioeconômicas;
- d) afetem as condições estéticas, de imagem urbana, de paisagem, ou as condições sanitárias do meio ambiente;

Degradador: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

Poluição: o lançamento, liberação ou disposição de qualquer forma de matéria ou energia nas águas, no ar, no solo ou no subsolo, em quantidades, características e duração em desacordo com os padrões estabelecidos ou que provoquem, direta ou indiretamente, a degradação ambiental;

Poluente: qualquer forma de matéria ou energia que cause ou tenha o potencial de causar poluição ambiental;



Poluidor: qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de poluição ambiental;

Estudos Ambientais: estudos apresentados como subsídio para a análise de licenças ou autorizações e outros necessários ao processo de avaliação continuada de impactos ambientais

CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 6º Fica criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente – **FMMA**, com a finalidade de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos que visem ao uso racional dos recursos ambientais e a promoção da educação ambiental.

§ 1º O Fundo Municipal do Meio Ambiente – **FMMA** possui natureza contábil e financeira, é vinculado à **SEAMA** e tem como gestores financeiros a Prefeitura Municipal de Chorrochó e o Presidente do Conselho do Meio Ambiente de Chorrochó -BA

§ 2º O órgão ao qual está vinculado o **FMMA** fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

Art.7º O **Fundo Municipal do meio Ambiente – FMMA** será administrado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – **SEAMA**, em articulação com o **COMMAC**, que terá as seguintes atribuições:

- Elaborar a proposta orçamentária do **FMMA** submetendo-a apreciação do **COMMAC** antes do seu encaminhamento às autoridades competentes;
- Organizar o plano anual de trabalho e cronograma de execução físico-financeiro de acordo com os critérios e prioridades definidas pelo **COMMAC**;
- Celebrar convênios, acordos ou contratos. Observada a legislação pertinente com entidades públicas ou privadas, visando a execução das atividades custeadas com recursos do **FMMA**;
- Orientar despesas com recursos do **FMMA**, respeitada a legislação pertinente;
- Outras atribuições que lhe sejam pertinentes, na qualidade de gestão do **FMMA** e de acordo com a legislação específica;
- Prestar contas dos recursos do **FMMA** aos órgãos competentes.



Art.8º Execução dos recursos do **FMMA** será aprovada pelo **COMMAC**, que terá competência para:

- I – Definir os critérios e propriedades para aplicar os recursos do FMMA;
- II – Fiscalizar a aplicação de todos os recursos;
- III – Antes do seu encaminhamento às autoridades competentes, apreciar a proposta orçamentária apresentada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, para que seja inclusa no orçamento do município;
- IV – Aprovar o Plano anula de Trabalho e o cronograma físico financeiro apresentado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA;
- V – Apreciar os relatórios técnicos e as prestações de contas apresentados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle complementar e,
- VI – Outras atribuições que lhe forem pertinentes na forma d legislação vigente.

Art.9º Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, aqueles a ele destinados, provenientes de:

- I – Dotações orçamentárias e créditos adicionais;
- II – Taxas, tarifas ambientais, bem como penalidades pecuniárias delas decorrentes;
- III – Transferências dos recursos da União, do estado ou de outras entidades públicas ou privadas;
- IV – Acordos, convênios, contratos e consórcios, de ajuda de cooperação interinstitucional;
- V – Doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- VI - Multas cobradas por infrações às normas ambientais, na forma da legislação vigente;
- VII – Rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como manutenção decorrente de aplicações de seu patrimônio;
- VIII – quaisquer outros destinados por lei.

Art.10. São considerados prioritários para a aplicação dos recursos do FMMA, os planos, programas e projetos destinados a:

- I – Criação, manutenção e gerenciamento de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;



- II – Educação Ambiental – EA;
- III – Desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de planejamento e controle ambiental;
- IV – Pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;
- V – Manejo dos ecossistemas e extensão florestal;
- VI – Aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;
- VII – Desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA;
- VIII – Pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;

IX – Aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos;

X – Contratação de assessoria e consultoria especializada e,

XI – Financiamento de programas e projetos de pesquisa e de qualificação de recursos humanos.

Parágrafo Único: Os planos, programas e projetos financiados com recursos do FMMA serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política e postura municipal do meio ambiente.

Art.11. O fundo Municipal de meio Ambiente – FMMA, instituído por esta Lei, terá vigência ilimitada.

Art.12. Aplicam-se ao FMMA, instituídos por Lei, todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de fundos assemelhados.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS D POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DE PROTEÇÃO A BIODIVERSIDADE

Art. 13. São instrumentos da política Municipal de Proteção da Biodiversidade:

I – Planejamento Ambiental;

II – Educação Ambiental;

III – Avaliação e Monitoramento da Qualidade Ambiental;



- IV – Zoneamento Ambiental;
- V – As normas e os padrões de qualidade ambiental e de emissão de efluentes líquidos, gasosos, de resíduos sólidos, bem como de ruído e vibração;
- VI – Autocontrole Ambiental;
- VII – Avaliação de impactos Ambientais;
- VIII - O Licenciamento Ambiental, que compreende as licenças e as autorizações ambientais, dentre outros atos emitidos pelos órgãos executivos do SISMUMA;
- IX – A Fiscalização Ambiental;
- X – Os instrumentos econômicos e tributários de gestão ambiental;
- XI – A cobrança pelo uso dos recursos ambientais e da biodiversidade;
- XII – A Compensação Ambiental;
- XIII – Conferencia Municipal de Meio Ambiente.

TÍTULO II
DA GESTÃO AMBIENTAL
CAPÍTULO I
DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SISMUMA
DA SUA ESTRUTURA

Art. 14. O Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA é o conjunto de órgãos e entidades públicas e privadas integradas para a preservação, defesa, melhoria, recuperação, controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais do Município, consoante o disposto nesta lei.

Art. 15. Integram O Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA:

I - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, órgão de coordenação, controle e execução de política e postura ambiental;

II – COMMAC – Conselho municipal de meio Ambiente de Chorrochó, órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo e recursal da política ambiental;

III – Organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos e,



IV – Outras secretarias e autarquias afins do município, definidas em ato do Poder Executivo.

Paragrafo Único - O COMMAC é o órgão superior deliberativo da composição do SISMUMA nos termos desta lei.

Art. 16. Os órgãos e entidades que compõem o SISMUMA atuarão de forma harmônica e integrada, sob a orientação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, observados a composição do COMMAC.

CAPÍTULO II

DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Art. 17. A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, órgão de coordenação, controle e execução da política municipal do meio ambiente, com as atribuições e competência definidas nesta Lei.

Art. 18. São atribuições da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, dentro do SISMUMA :

- I – Participar do planejamento das políticas e posturas públicas do Município;
- II – Elaborar o Plano Municipal do Meio Ambiente e a respectiva proposta orçamentária;
- III – Coordenar as ações dos órgãos integrantes do SISMUMA;
- IV – Exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos recursos naturais do município;
- V – Realizar o controle e o monitoramento das atividades produtivas e dos prestadores de serviços quando potencial ou efetivamente poluidores ou degradadores do meio ambiente;
- VI- Manifestar-se mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para a população do Município;
- VII – Implementar, através do Plano de Ação, as diretrizes da política ambiental municipal;
- VIII – Promover a educação ambiental;
- IX – articular-se com organismos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais – ONG's para a execução coordenada e a obtenção de financiamentos para a implantação de programas relativos à preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, naturais ou não;



- X – Aplicar os recursos do Fundo do Meio Ambiente – FMMA, nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo as diretrizes fixadas pelo COMMAC;
- XI – Apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;
- XII – Propor a criação e gerenciar as unidades de conservação, implementando os planos de manejo;
- XIII – Recomendar ao COMMAC normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos par o uso dos recursos ambientais do Município;
- XIV – Licenciar a localização, a instalação, a operação e a ampliação odas obras e atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
- XV – Desenvolver e revisar quando necessário o zoneamento ambiental com a participação dos órgãos e entidades do SISMUMA;
- XVI – Fixar diretrizes ambientais para a elaboração de projetos de parcelamento do solo urbano, bem como para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição dos resíduos;
- XVII – Promover as medidas administrativas e rquerer as judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar os agentes poluidores e degradadores do meio ambiente;
- XVIII – Atuar em caráter permanente, na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados;
- XIX – Fiscalizar as atividades produtivas e comerciais de prestação de serviços e o uso de recursos ambientais pelo Poder Executivo Municipal e por particulares;
- XX - Exercer o poder de polícia administrativa para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos em benefício da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;
- XXI – Determinar a realização de estudos prévios de impacto ambiental;
- XXII – Dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao COMMAC;
- XXIII – Dar apoio técnico e administrativo ao Ministério Público, nas suas ações institucionais em defesa do meio ambiente;
- XXIV – Elaborar projetos ambientais e,
- XXV – Executar outras atividades correlatas atribuídas pela administração.



CAPÍTULO III DO PLANO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 19. O planejamento ambiental irá direcionar e organizar as ações da política ambiental municipal a ser elaborada em consonância com os princípios e diretrizes desta lei e da lei Orgânica do Município, para:

- I – Identificação das áreas prioritárias de atuação;
- II – Programas anuais e plurianuais de preservação, recuperação, conservação, proteção e utilização dos recursos ambientais;

Parágrafo Único – O Poder Executivo Municipal levará em conta peculiaridades e demandas locais em vista a preservação do seu Patrimônio Sociocultural.

Art. 20. O planejamento ambiental será elaborado de maneira participativa entre o poder legislativo e o Executivo Municipal.

Art. 21. A implementação da Política Municipal de Meio Ambiente contará com a participação e controle social da sociedade, através dos seguintes instrumentos:

- I – Cooperação das associações representativas no planejamento municipal;
- II – Consulta popular;
- III – Audiências públicas;
- IV – Conferencias, fóruns de discussão e debates, e,
- V – Exercício do direito de petição e requerimento aos órgãos públicos.

CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 22. Compete ao órgão ambiental, integradamente, com a Secretaria Municipal de Educação, com a Secretaria de Assistência Social e com a Secretaria Municipal de Saúde, conforme se tratar de assuntos afetos a cada uma delas, à execução de programas e projetos de educação ambiental, visando um comportamento comunitário voltado para compatibilizar a preservação e conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural com o desenvolvimento sustentável do Município.

Art. 23. As escolas de primeiro grau bem como as demais sujeitas à orientação municipal deverão incorporar a Educação Ambiental – EA, como eixo transversal, em todos os níveis, proporcionando aos alunos, visitas as Unidades de Conservação existentes no território municipal e aulas práticas sobre plantio de árvore e reconstituição da vegetação natural, assim como valorização da cultura local em



todas as suas manifestações, em conformidade com a Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 199, atender aos preceitos da Lei nº 12.056/2011, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e do Inciso XI do artigo 9º da Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011.

Art. 24. A Educação Ambiental será condição obrigatória a ser imposta ao empreendedor nos processos de licenciamento de atividades e empreendimentos potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Parágrafo único – Faz parte da Educação Ambiental a valorização das regras de convívio tendentes a manter e melhorar a qualidade de vida nos espaços comuns.

CAPÍTULO V DO ZONEAMENTO AMBIENTAL

Art. 25. O Zoneamento Ambiental objetiva a utilização dos recursos ambientais de forma a promover o desenvolvimento social e econômico sustentáveis e a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

Art. 26. Os empreendimentos e atividades a serem instalados em áreas que dispõem de zoneamento específico poderão ter procedimentos simplificados de licenciamento ambiental.

Seção I

Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação

Art. 27. Integram os espaços protegidos para fins de proteção ambiental e cultural:

I – As Unidades de Conservação;

II – As Áreas de Preservação Permanentes (APP's);

III – As áreas de valor ambiental urbano e as áreas de proteção histórico-cultural

IV – Monumentos e sítios arqueológicos e, ou Patrimônio Histórico, deverão ser consultados os seus órgãos gestores existentes no município.

Art. 28. O Poder Executivo Municipal poderá criar Unidades de Conservação compreendendo as de proteção integral ou de uso sustentável, de acordo com suas características territoriais peculiares, independentemente das existentes à nível Federal ou Estadual.



Parágrafo único – A redução de área ou a extinção de Unidades de Conservação Ambiental Municipal somente será possível através de Lei Específica, após expressa aprovação pelo COMMAC.

Art. 29. As unidades de Conservação criadas pelo Município disporão de um plano de manejo aprovado pelo COMMAC, com base em estudos técnicos que indiquem o regime de proteção, o zoneamento, quando for o caso,, e as condições de uso, quando admitido, ouvida a comunidade, mediante audiência pública realizada especialmente para tal finalidade.

§ 1º O plano de manejo de uma Unidade de Conservação deverá ser elaborado no prazo de cinco anos partir da data de sua criação ou da promulgação desta Lei, caso fossem criadas antes, com a ampla participação da população residente.

§ 2º São proibidas nas Unidades de Conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de manejo e os seus regulamentos.

§ 3º As Unidades de Conservação disporão de um Conselho Consultivo para assessorar sua administração, composto de um representante de órgão público, dos representantes dos proprietários, das populações tradicionais localizadas no seu interior ou no seu entorno, e dos representantes das organizações da sociedade civil localmente identificadas com a área e representantes das associações voltadas para o Turismo, Meio Ambiente e para a Educação Ambiental.

§ 4º O órgão responsável pela administração das Unidades de Conservação poderá receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais com ou encargos , provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas ou jurídicas que desejarem colaborar com a sua conservação.

§ 5º A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade e serão utilizados exclusivamente na sua implantação, na sua gestão e na sua manutenção com aprovação do COMMAC.

Art.30. O Poder Executivo Municipal apoiará a gestão das Unidades de Conservação instituídas em seu território pelos governos Federal e, ou Estadual.

Parágrafo único. Consideram-se preservação permanente, independentemente de declaração expressa, as áreas previstas em legislação federal, estadual e, ou municipal.



Seção II

Das Áreas de Valor Ambiental Urbano e as Áreas de Proteção Histórico-Cultural

Art. 31. As Áreas de Valor Ambiental Urbano e Áreas de Proteção Histórico- Cultural estarão previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU ou o Plano de Diretrizes Urbanas – PDU

§ 1º As Áreas de Valor Ambiental Urbano compreendem:

- a) Os espaços abertos urbanizados: praças, largos campos e quadras esportivas e outros logradouros públicos, utilizados para o convívio social, o lazer, a prática de esporte, a realização de eventos e a recreação da população e
- b) As Áreas de Proteção Histórico- Cultural compreendem os sítios de valor cultural , histórico, artístico, arquitetônico, ou urbanístico em todo Município, elemento da paisagem natural e, ou da construída, que configurem referencial cênico ou simbólico significativo para a vida, a cultura e a imagem de todo o Município.
- c) Novas Áreas de Valor Ambiental Urbano e Áreas de Proteção Histórico-Cultural poderão ser reconhecidas pelo Poder Executivo Municipal.

Art.32. O tombamento dos bens de valor histórico-cultural, independentemente do tombamento federal ou estadual, poderá ser feito por Lei Municipal e terá os mesmos efeitos do tombamento pela legislação federal específica, aplicando-se os prazos , procedimentos e demais disposições dessa lei, no que couber.

§ 1º Os procedimentos relativos ao tombamento, compreendendo os demais atos preparativos são devidamente instruídos e encaminhados ao COMMAC, para aprovação e delimitação das áreas de entorno para fins de preservação visual dos bens tombados.

§ 2º Em nenhuma hipótese poderão ser construídas nas vizinhanças dos bens tombados, estruturas que lhe impeçam a visibilidade ou os descaracterizem, nem afixados anúncios, cartazes ou dizeres de quaisquer espécies, sob pena de recomposição do dano cometido pelo infrator e pagamento de multa.

Seção III

Monumentos, Sítios Arqueológicos e Patrimônio Histórico

Art.33. Constitui patrimônio municipal os bens cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história municipal, quer por seu valor arqueológico etnográfico, arquitetônico, ou cultural, e sua utilização far-se-



á dentro de condições que assegurem o manejo adequado, inclusive quanto ao uso de seus recursos naturais, históricos e culturais.

CAPÍTULO VI

DAS NORMAS, DIRETRIZES, PADRÕES DE EMISSÃO

Art.34. Para a garantia das condições ambientais adequadas à vida, em todas as suas formas, serão estabelecidos padrões de qualidade ambiental e de controle de poluentes, com base em estudos específicos, conforme disposições regulamentares.

Art.35. O órgão executor da Política Estadual de Meio Ambiente deve monitorar a qualidade do ar, do solo, da água e da biodiversidade para avaliar o atendimento aos padrões e metas estabelecidos e exigir a adoção das providências necessárias.

Art.36. Ficam proibidos o lançamento, a liberação e a disposição de poluentes no ar, no solo, no subsolo, nas águas interiores ou superficial em desconformidade com normas e padrões estabelecidos, bem como qualquer outra forma de degradação decorrente da utilização dos recursos ambientais.

Art.37. É vedada a ligação de esgotos ou o lançamento de efluentes à rede pública de águas pluviais.

Art.38. As fontes geradoras de resíduos sólidos deverão elaborar, quando exigido, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, contendo a estratégia geral adotada para o gerenciamento dos resíduos, abrangendo todas as suas etapas, inclusive as referentes à minimização da geração, reutilização e reciclagem, especificando as ações a serem implementadas com vistas à conservação e recuperação de recursos naturais, de acordo com as normas pertinentes.

Art.39. Os responsáveis pela degradação ambiental ficam obrigados a recuperar as áreas afetadas, sem prejuízo de outras responsabilidades administrativas legalmente estabelecidas, através da adoção de medidas que visem à recuperação do solo, da vegetação ou das águas e à redução dos riscos ambientais para que se possa dar nova destinação à área.

Parágrafo único. As medidas de que trata este artigo deverão estar consubstanciadas em um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD a ser submetido à aprovação da autoridade ambiental competente.

Art. 40. São considerados responsáveis solidários pela prevenção e recuperação de uma área degradada, nos termos do regulamento:

I - o causador da degradação e seus sucessores;



II - o adquirente, o proprietário ou o possuidor da área ou do empreendimento;

III - os que auferem benefícios econômicos, diretos ou indiretos, decorrentes da atividade causadora da degradação ambiental e contribuam para sua ocorrência ou agravamento.

CAPÍTULO VII

DO AUTOCONTROLE AMBIENTAL

Art.41. As pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas que exerçam atividades que utilizem recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente degradadoras do meio ambiente deverão adotar o autocontrole ambiental através de sistemas que minimizem, controlem e monitorem seus impactos, garantindo a qualidade ambiental.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Art.42. Os empreendimentos, obras e atividades públicas ou privadas, suscetíveis de causar impacto ao meio ambiente, devem ser objeto de avaliação de impactos ambientais.

Parágrafo único. A Avaliação de Impacto Ambiental – AIA é o instrumento que possibilita diagnosticar, avaliar e prognosticar as consequências ambientais relacionadas à localização, instalação, construção, operação, ampliação interrupção ou encerramento de uma atividade ou empreendimento.

Art.43. O licenciamento ambiental de empreendimentos, obras e atividades suscetíveis de causar impacto ao meio ambiente deve ser instruído com a realização d estudos, quando couber, a serem definidos, em cada caso, a depender das características, localização, natureza e porte dos empreendimentos e atividades.

§ 1º Consideram-se estudos ambientais aqueles exigidos pelos órgãos licenciadores como subsolo para análise ambiental para a concessão ou renovação ode licenças ou de autorizações ambientais entre outros

I – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA;

II – Auto de Avaliação para Licenciamento Ambiental – ALA;

III – Plano de Manejo – PM;

IV – Plano de Controle Ambiental – PCA;

V – Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD;



- VI – Análise de Risco – AR;
- VII – Relatório de Caracterização do Empreendimento – RCE;
- VIII – Relatório de controle Ambiental – RCA;
- IX – Relatório Ambiental Preliminar – RAP;
- X – Relatório Técnico da Qualidade Ambiental – RTQA;
- XI – balança Ambiental – BA;
- XII – Estudo Dendométrico de Vegetação – EDV;
- XIII – Diagnóstico Ambiental – DA;
- XIV – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
- XV – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS;
- XVI – Plano de Emergência Ambiental – PEA;
- XVII – Plano de Terraplanagem – PT;
- XVIII – Roteiro de Caracterização do Imóvel – RCI;
- XIX – Estudos do Impacto de Vizinhança e Relatório do Impacto de Vizinhança – EIV/RIV;
- XX – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde – PGRSS;
- XXI – Plano de gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC;
- XXII – Plano de Suspensão de vegetação – PSV;
- XXIII – Programa de Regularização Ambiental – PRA;

§ 2º Os estudos ambientais deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, sendo obrigatória anotação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do Conselho de classe a que pertence ou equivalente.

§ 3º O PSV e o PRA terão suas diretrizes definidas em decreto.

§ 4º Novos estudos poderão ser cobrados de acordo com a necessidade individual de cada empreendimento, partindo do princípio de prevenção e precaução.

Art.44. O estudo de Impacto Ambiental – EIA se aplica para empreendimentos ou atividades de grande porte e sejam efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, bem como para a ampliação ou modificação de empreendimentos e atividades já existentes, que causarem impacto adicional significativo.



Parágrafo único – O conteúdo do EIA deverá obedecer aos requisitos constantes das legislações vigentes.

Art.45. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA é o documento contendo a síntese do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, em linguagem acessível, ilustrado por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como as consequências ambientais de sua implementação.

Parágrafo único. O conteúdo do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA deverá obedecer aos requisitos constantes das legislações vigentes.

CAPÍTULO IX DO LICENCIAMENTO

Art. 46. A localização, implantação, operação e alteração de empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, bem como os capazes de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento ambiental, na forma do disposto nesta Lei e demais normas dela decorrentes.

§ 1º Compete ao Município, por meio dos seus órgãos licenciadores, ouvidos os órgãos competentes da União e do Estado, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, bem como daqueles que lhe forem delegadas pelo estado por instrumento legal ou convênio.

§ 2º São consideradas como de interesse ambiental local os empreendimentos e atividades cujos impactos não ultrapassem os limites territoriais do Município, observados os limites em lei.

§ 3º A Secretaria de agricultura e meio Ambiente - SEAMA, realizará a triagem dos requerimentos de licenciamento ambiental , a fim de evitar a formação de processos fora de seu âmbito de competência, arquivando e dando ciência ao requerente.

Art. 47 - O licenciamento ambiental se dará através de Licença Ambiental, ou Autorização Ambiental.

I – Considera-se Licença Ambiental é o ato administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente avalia e estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidos pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, para localizar, instalar, operar e alterar empreendimentos ou atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.

II – Considera-se Autorização Ambiental o ato administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente permite a realização ou funcionamento de empreendimentos ou atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário e execução de obras que não resultem em instalações permanentes.



Art.48. A Secretaria de Agricultura e meio Ambiente – seama\, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP):

II - Licença de Instalação (LI):

III - Licença Prévia de Operação (LPO):

IV - Licença de Operação (LO):

V - Licença de Alteração (LA):

VI - Licença Unificada (LU):

VII - Licença de Regularização (LR):

VIII –Dispensa de Licença Ambiental – DLA e

IX – Licença Simplificada – LS.

Art. 49. A Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação;

Art.50. A Licença de Instalação (LI): concedida para a implantação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

Art.51. A Licença Prévia de Operação (LPO): concedida, a título precário, válida por 180 (cento e oitenta) dias, para empreendimentos e atividades quando necessária a avaliação da eficiência das medidas adotadas pela atividade na fase inicial de operação;

Art.52. A Licença de Operação (LO): concedida para a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das exigências constantes das licenças anteriores, com o estabelecimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para o tipo de operação;

§ 1º É obrigatória a apresentação de Plano de Recuperação Ambiental – PRAD para as atividades de extração ou tratamento de minerais, quando da solicitação da LO ou LU.

§ 2º Não será fornecida a LO quando houver indício ou evidência de liberação ou lançamentos de poluentes de qualquer gênero nas águas, no ar ou no solo.

Art.53. A revisão da LO, independentemente do prazo do prazo de validade, ocorrerá sempre que:



I – A atividade colocar em risco a saúde ou a segurança da população, para além daquela normalmente consideradas quando do licenciamento.

II – A continuidade da operação, comprometa de maneira irremediável os recursos ambientais não inerentes à própria atividade, e,

III – Ocorrer descumprimento às condicionantes do licenciamento.

Art.54. A Licença de Alteração (LA): concedida para a ampliação ou modificação de empreendimento, atividade ou processo regularmente existente;

Art.55. A Licença Unificada (LU): concedida para empreendimentos definidos em regulamento, nos casos em que as características do empreendimento assim o indiquem, para as fases de localização, implantação e operação, como uma única licença;

Art.56. A Licença Simplificada – LS concedida para empreendimentos de micro porte, definidos em regulamento, nos casos em que as características do empreendimento causem qualquer tipo de impacto ambiental de pequena monta, levando-se em consideração o baixo faturamento e o baixo investimento par a sua operação. A LS terá abrangência para as fases de localização, implantação e operação num mesmo ato.

Art.57. Para os casos específicos nos quais seja necessária a regularização ambiental por exigência legal, mesmo não sendo a operação do mesmo capaz de causar impactos ambientais de nenhuma espécie, será emitida a Dispensa de Licença Ambiental - DLA

Art.58. A Licença de Regularização (LR): concedida para regularização de atividades ou empreendimentos em instalação ou funcionamento, existentes até a data da regulamentação desta Lei, mediante a apresentação de estudos de viabilidade e comprovação da recuperação e/ou compensação ambiental de seu passivo, caso não haja risco à saúde da população e dos trabalhadores;

§ 1º As Licenças, Prévia de Operação, de Implantação, de Operação e Unificada, serão concedidas pelo prazo de até 03 (três) anos, sendo o porte do empreendimento ou atividade, seu grau de risco, bem como o valores desses atos administrativos, compatíveis com os determinados pela Legislação Estadual vigente.

§ 2º As licenças previstas nesta Lei poderão ser concedidas por plano ou programa, ou ainda, de forma conjunta para segmento produtivo, empreendimentos similares, vizinhos ou integrantes de polos industriais, turísticos, entre outros, desde que defina a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.

§ 3º As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.



§ 4º O conteúdo dos estudos das condicionantes e das outras medidas para o licenciamento será definido no regulamento desta Lei, e em outros atos complementares a ser editados pelos órgãos coordenador e executivo da Política Municipal de Meio Ambiente, obedecendo ao princípio da publicidade.

§ 5º Poderão ser instituídos procedimentos especiais para o licenciamento ambiental de acordo com a localização, natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

§ 6º Os empreendimentos ou atividades que possuam passivos ambientais podem celebrar Termos de Compromisso com o órgão ambiental competente para o funcionamento da atividade durante o processo de regularização.

Art.59. A Autorização Ambiental - AA é um ato administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente permite a realização ou operação de empreendimentos e atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário, execução de obras que não resultem em instalações permanentes, bem como aquelas que possibilitem a melhoria ambiental. Em decorrência do seu caráter temporário, esse tipo de autorização terá sua validade no máximo pelo período de 01 (um) ano.

CAPÍTULO X

DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art.60. Nos casos de licenciamento de empreendimentos e atividades de significativo impacto para o meio ambiente, assim considerado pelo órgão ambiental competente, será exigida do empreendedor a Compensação Ambiental com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/ RIMA),.

Art.61. Para fins de compensação ambiental=, o órgão ambiental competente estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos e não mitigáveis sobre o meio ambiente,.. Nos casos de supressão de vegetação nativa tanto em zona urbana como rural poderá ser cobrado compensações ambientais previamente acordadas com o requerente, mediante assinatura de termo específico.

Art.62. O empreendedor deverá destinar a título de compensação ambiental até 0,5% (meio por cento) do custo previsto para a implantação do empreendimento.

Art.63. Os empreendimentos e atividades existentes na data da publicação desta Lei, que apresentarem passivos ambientais, obrigam-se a sanar as irregularidades existentes, conforme as exigências técnicas necessárias à recuperação dos



passivos identificados pelo órgão competente e, no caso de impossibilidade técnica, ficam sujeitos à execução de medidas compensatórias.

CAPÍTULO XI DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art.64. A Conferência Municipal de Meio Ambiente é a instância que assegura ampla participação da sociedade, a fim de contribuir para a definição das diretrizes das políticas públicas ambientais.

Art.65. São princípios básicos da Conferência a equidade social, a corresponsabilidade, a participação e a mobilização social, o enfoque humanístico, holístico, democrático e a representatividade da diversidade social.

Art.66. A convocação das conferências será realizada através de ato do Poder Executivo Municipal, com periodicidade estabelecida pelo órgão estadual da Bahia.

TÍTULO III DA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art.67. A formulação da Política Municipal de gestão, proteção e valorização da biodiversidade fundamentar-se-á no conhecimento técnico-científico e em instrumentos e ações de preservação e de conservação ambiental, de desenvolvimento florestal, de proteção à flora e à fauna e de uso sustentável dos recursos naturais.

Art.68. A política municipal de gestão, proteção e valorização da biodiversidade tem por objetivo garantir a perpetuidade do seu patrimônio genético e a repartição equitativa dos benefícios derivados da sua utilização e dos conhecimentos tradicionais a eles associados.

Art 69. Consideram-se instrumentos de conservação exsitu:

I - Jardins Zoológicos: áreas fechadas, públicas ou privadas, destinadas a abrigar qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semiliberdade e expostos à visitação pública;

II - Jardins Botânicos: áreas fechadas, públicas ou privadas, destinadas ao plantio e ao abrigo de coleções documentadas de plantas vivas nativas ou exóticas, com fins



preservacionistas, onde sejam desenvolvidas ações voltadas à conservação, exposição, instrução científica e educação ambiental.

III - Hortos Florestais: áreas públicas destinadas à preservação de mata nativa em centros urbanos ou periféricos, ou próximos destes, marcados por significativo índice de arborização, onde sejam desenvolvidas ações voltadas à conservação, ao estudo de essências florestais nativas e exóticas, à manutenção de sementeiras e estufas e à utilização e fornecimento de mudas para replantio;

IV - Jardins Zoobotânicos ou Parques Zoobotânicos: áreas com características definidas nos incisos I, II e III deste artigo.

CAPÍTULO II **DOS BENS E ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS**

SEÇÃO I **Das Disposições Gerais**

Art.70. Compete ao Poder Executivo Municipal instituir, implantar e administrar, na forma da legislação pertinente, espaços territoriais e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais a serem protegidos, com vistas à manutenção e utilização racional do patrimônio biofísico e cultural de seu território, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

§ 1º O planejamento do uso e da conservação da biodiversidade contemplará medidas e mecanismos para a viabilização de corredores ecológicos no Município de Chorrochó.

§ 2º O Poder Executivo Municipal destinará recursos específicos para a implantação e gestão de espaços territoriais especialmente protegidos.

Art.71. Os objetivos que justificam a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, envolvendo o ambiente natural e/ou o patrimônio histórico-cultural, é de caráter científico, educacional, contemplativo ou turístico, destacando-se:

- I - Preservação do patrimônio genético e conservação de amostras de ecossistemas em estado natural;
- II - Proteção de espécies raras, em perigo ou ameaçadas de extinção;
- III - Proteção de mananciais para conservação da sua produção hídrica;
- IV - Criação de espaços para atividades educacionais, turísticas e recreativas;
- V - Proteção de locais de herança cultural, histórica, geológica, arqueológica, espeleológica e paleontológica;



VI - Proteção de paisagens notáveis e belezas cênicas;

VII - Manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado essencial à sadia qualidade de vida.

SEÇÃO II

Do Sistema Municipal de Unidades de Conservação

Art.72. O Sistema Municipal de Unidades de Conservação - SISMUC tem por objetivos:

I - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território do Município de Chorrochó;

II - Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

III - Proteger mananciais hídricos destinados ao abastecimento de núcleos urbanos e essenciais a setores econômicos estratégicos;

IV - Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

V - Proteger, recuperar ou restaurar ecossistemas;

VI - Proteger e assegurar a diversidade do patrimônio genético e a perenidade de espécies raras, endêmicas, ameaçadas ou em risco de extinção, bem como aquelas com potencial econômico;

VII - Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

VIII - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

IX - Constituir polos atrativos de investimentos e incentivadores de atividades econômicas sustentáveis, em escala Municipal;

X - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XI - Proteger espécies essenciais a atividades econômicas;

XII - Proteger espécies e recursos naturais necessários à manutenção de modos de vida e práticas culturais, e à subsistência de populações tradicionais, com respeito e valorização de seus conhecimentos.

Art.73. O Sistema Municipal de Unidades de Conservação – SISMUC, bem como o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, na forma de suas respectivas categorias devidamente elencada.

Art.74. O Sistema Municipal de Unidades de Conservação – SISMUC, integra o Sistema Municipal do meio Ambiente – SISMUMA, cabendo ao órgão executor da Política Municipal do Meio Ambiente coordenar as ações relacionadas à criação,



implantação e gestão das unidades de conservação municipais, bem como elaborar e implementar seus Planos de manejo, na forma definida em lei.

Art.75. As unidades de conservação municipais disporão de Conselho Gestor, de caráter consultivo ou deliberativo, de acordo com a sua categoria, na forma, da legislação estadual e federal.

Art.76. O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos da unidade.

Art.77. O Poder Executivo Municipal e o Estadual, compatibilizarão suas normas de modo a adequá-las aos objetivos da criação e às diretrizes da Unidade de Conservação.

Art.78. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público ou privado, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.

Art.79. Os proprietários de imóvel rural ficam obrigados a averbar no cartório competente as áreas integrantes de Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN.

SEÇÃO III - De Outros Bens e Espaços Especialmente Protegidos

Art.80. Sem prejuízo do disposto nas legislações estaduais e federais, são considerados de preservação permanente, os seguintes bens e espaços:

I – Os lagos, lagoas e nascentes existente na zona urbana, mencionados no Plano Diretor do município;

II - As áreas de proteção das nascentes e margens dos rios compreendendo o espaço necessário à sua preservação;

III – As matas ciliares;

IV – As áreas que abriguem exemplares de espécies raras da fauna e da flora, ameaçadas de extinção e endêmicos, bem como aquelas que sirvam como local de pouso e reprodução de espécies migratórias devidamente identificadas e previamente declaradas por ato do Poder Executivo Municipal;



V – As reservas da flora apícola, compreendendo suas espécies vegetais e enxames silvestres, quando estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, nelas vedado o uso de agrotóxicos, a supressão da vegetação e a prática de queimadas;

VI - As áreas consideradas de valor paisagístico, assim definido e declarado por ato do Poder Executivo Municipal;

VII - As cavidades naturais subterrâneas e cavernas, onde são permitidas visitação turística, contemplativa e atividades científicas, além daquelas previstas em zoneamento específico;

VIII – As encostas sujeitas à erosão e deslizamento, sendo que, em áreas urbanas, poderá ser permitida a sua utilização após a adoção de medidas técnicas que assegurem a qualidade ambiental e a segurança da população;

Parágrafo único. As áreas e bens naturais de que trata este artigo, que não se incluem entre aquelas definidas como Área de Preservação Permanente pelas legislações estaduais e federais, terá seu uso, hipóteses de supressão de vegetação e demais restrições definidas por essa Lei e suas normas regulamentares.

Art.81. A área de Preservação Permanente – APP e em especial a vegetação que a reveste, deve ser mantida ou recomposta para garantir ou recuperar suas funções ambientais.

Art.82. Nas áreas de vazante de corpos d'água naturais e artificiais, poderá ser desenvolvida a agricultura familiar de subsistência, desde que:

- I – Se trate de várzeas já drenadas e desprovidas de vegetação;
- II – Os solos sejam compatíveis com seu aproveitamento técnico-econômico;
- III – Sejam utilizados fertilizantes orgânicos e controles biológicos de pragas;
- IV – Sejam adotadas as técnicas de cultivo mínimo extensivo e de baixo impacto ambiental, preferencialmente agroecológicas;
- V – Não estejam localizadas em bacia de captação de água para abastecimento público, em distância que possa comprometer a qualidade de água.

**CAPÍTULO III
DA VEGETAÇÃO
Seção I
Das Disposições Gerais**

Art.83. As florestas e as demais formas de vegetação existente no território municipal são bens de interesse comum de todos, excetuando-se o direito de propriedade com as limitações estabelecidas pela legislação.



Art.84. Para efeito do disposto nesta Lei, as florestas e demais formas de vegetação localizadas no Estado são classificadas:

I – de preservação – aquelas que produzem benefícios múltiplos de interesse comum, necessário à manutenção dos processos ecológicos essenciais à vida, assim considerados:

- a) As integrantes de Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- b) As que revestem as áreas de preservação permanente sejam as definidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, no Código Florestal e nas demais normas decorrentes.

II – de uso restrito – aquelas cujo uso e exploração estão sujeitos a diferentes graus de restrição em razão de disposições legais e da fragilidade dos ecossistemas, assim considerados as integrantes de:

- a) Reserva Legal;
- b) Servidão Florestal;
- c) Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

III – de produção – aquelas destinadas a atender às necessidades socioeconômicas, através do suprimento sustentado de matéria prima de origem vegetal, inclusive as originárias de plantios integrantes de projetos florestais, compostos por essências nativas ou exóticas, bem como as submetidas ao Plano de Manejo Florestal Sustentável.

Art.85. É vedado, sem prejuízo de outras hipóteses legalmente previstas:

I – O corte, a supressão ou a exploração das espécies naturais:

- a) Raras;
- b) Ameaçadas de extinção;
- c) Necessárias à sobrevivência das populações extrativistas;
- d) Endêmicas.

II – O corte ou a exploração de vegetação que tenha a função de proteger espécies mencionadas no inciso I deste artigo.

Parágrafo único – Poderá ser autorizado pelo órgão competente o corte ou a supressão das espécies citadas neste artigo, mediante compensação ambiental, quando couber, em caso de grave risco, iminente perigo à segurança de pessoas e bens, utilidade pública oficialmente ou interesse social.



Seção II

Da Reserva Legal e da Servidão Florestal

Art.86. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente – APP destina-se ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos recursos ecológicos, conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e da flora, não sendo permitido corte raso da vegetação.

Art.87. Além das Áreas de Preservação Permanente deve ser mantida cobertura de floresta e outras formas de vegetação do ecossistema regional, nas propriedades ou posses rurais, a título de Reserva Legal, no mínimo de 20% (vinte por cento) da sua área total, em conformidade com as determinações da legislação vigente.

§ 1º A reserva Legal será instituída, preferencialmente, em área com cobertura vegetal nativa, que seja representativa do ecossistema em que se localize de modo a compartilhar a conservação dos recursos naturais e o uso econômico do imóvel rural.

§ 2º No processo de demarcação da Reserva Legal, deve-se evitar a fragmentação dos remanescentes da vegetação, localizando-a preferencialmente contígua às Áreas de Preservação Permanente – APP's, de maneira à formação de corredores ecológicos.

Art.88. A localização da Reserva Legal deverá estar compatível com:

- I – A conservação e reabilitação dos processos ecológicos;
- II – A conservação da biodiversidade;
- III – O abrigo da fauna e da flora;
- IV – A formação de corredores ecológicos, de forma a permitir o fluxo de genes, a movimentação da biota e a manutenção de populações que demandem áreas de maior extensão para sua sobrevivência.

Art. 89. Para o cômputo ou compensação da área de Reserva Legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, poderão ser consideradas os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou de produção.

§ 1º Para fins de manejo de Reserva Legal na propriedade ou posse rural familiar, o órgão ambiental municipal deverá estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação de tais planos de manejo.

Art.90. O proprietário e o posseiro rural poderão instituir Servidão Florestal, em caráter permanente ou temporário, mediante a qual, voluntariamente, renunciam os direitos de supressão vegetal ou exploração da vegetação nativa localizada na Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente – APP's.



Art.91. A servidão Florestal somente será instituída em áreas que não necessitem de revegetação ou recuperação da vegetação, permitindo-se o seu enriquecimento com espécies nativas regionais.

Seção III Da Exploração dos Recursos Florestais

Art.92. A exploração florestal poderá ser deferida pelo órgão executor da Política Municipal do Meio Ambiente do Município de Chorrochó mediante comprovação do cumprimento das disposições legais relativas às Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, amparado em convênio a ser firmado com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, conjuntamente com o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia – INEMA.

Art.93. Fica proibida a utilização de espécies nobres, protegidas por lei, para produção de lenha ou carvoejamento.

Art.94. Todo produto e subproduto de origem florestal cortado ou extraído na forma permitida em lei deverão ter essencialmente aproveitamento socioeconômico ou ambiental.

Art.95. O Município adotará mecanismos de estímulo à formação de produção objetivando o suprimento do mercado consumidor de produtos florestais e a redução da pressão desse mercado sobre a vegetação nativa, podendo estabelecer critérios para o aproveitamento dos produtos, subprodutos e resíduos florestais.

CAPÍTULO IV DA FAUNA

Art. 96. Os animais de quaisquer espécies, constituindo a fauna silvestre, nativa ou adaptada, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, estão sob a proteção do Poder Executivo Municipal, sendo proibida a sua perseguição, destruição, caça ou apanha.

Parágrafo único. Será permitida a captura de exames de abelhas destinados exclusivamente à formação e, ou ao desenvolvimento da apicultura local.

Art.97. A realização de pesquisa científica, o estudo e a coleta de material biológico, nas áreas protegidas por lei no âmbito municipal dependerão da prévia Autorização Ambiental, que será emitida pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA.

Art.98. É proibido tratar animais com crueldade.



Art.99. O licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que apresentem espetáculos utilizando animais como parte dos mesmos, deverá observar se as espécies inclusas nas apresentações estão ameaçadas de extinção ou se serão praticados quaisquer níveis de maus tratos.

Capítulo V DO SOLO

Seção I Da Prevenção à Erosão

Art.100. A execução de quaisquer obras em terrenos erodidos e/ou suscetíveis à erosão, aos processos morfogenéticos e ao escoamento superficial, fica sujeita à licença ambiental, sendo obrigatória a apresentação de um Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD).

Art.101. A execução de obras e intervenções nas quais sejam necessárias a supressão de cobertura vegetal e a movimentação de terras (corte e aterro) e todas as intervenções que implicam em alterações no sistema de drenagem de águas pluviais ficam sujeitas a Licença Ambiental e deverão ser programadas para o período menos chuvoso.

Art.102. O parcelamento do solo, em áreas com declividades originais, iguais ou superiores a 15% (quinze por cento), somente será admitido em caráter excepcional se atendidas, pelo empreendedor, exigências específicas, que comprovem:

I– inexistência de prejuízo ao meio físico paisagístico da área externa à gleba, em especial no que se refere à erosão do solo e assoreamento dos corpos d'água, quer durante a execução das obras relativas ao parcelamento, quer após sua conclusão;
II– proteção contra erosão dos terrenos submetidos a obras de terraplanagem;
III– condições para a implantação das edificações nos lotes submetidos à movimentação de terra;

V– medidas de prevenção contra a erosão, nos espaços destinados às áreas verdes e nos de uso institucional;

V– adoção de providências necessárias para o armazenamento e posterior reposição da camada superficial do solo, no caso de terraplanagem; e

VI – execução do plantio da vegetação apropriada às condições locais.

Art.103. O sistema viário, nos parcelamentos em áreas de encosta, deverá ser ajustado à conformação natural dos terrenos, de forma a reduzir-se ao máximo o movimento de terra e assegurar-se a proteção adequada às áreas vulneráveis, e



ficam sujeitas à licença ambiental e deverão ser programadas para período menos chuvoso.

Seção II Da Contaminação do Solo e Subsolo

Art.104. O solo e o subsolo somente poderão ser utilizados para destinação de substâncias de qualquer natureza, em estado sólido, líquido, pastoso ou gasoso, desde que sua disposição seja baseada em normas técnicas oficiais e padrões estabelecidos em legislação pertinente.

Art.105. O Poder Executivo Municipal responsabilizará e cobrará os custos da execução de medidas mitigadoras para se evitar e/ou corrigir a poluição ambiental decorrente do derramamento, vazamento, disposição de forma irregular ou acidental do:

- I – transportador, no caso de incidentes poluidores ocorridos durante o transporte, respondendo solidária e subsidiariamente o gerador;
- II – gerador, nos acidentes ocorridos em suas instalações; e
- III – proprietário das instalações de armazenamento, tratamento e disposição final, quando o derramamento, vazamento ou disposição irregular e/ou acidental ocorrer no local de armazenamento, tratamento e disposição.

Parágrafo Único. Qualquer caso de derramamento, vazamento ou disposição acidental deverá ser comunicado, sob as penas da lei, imediatamente após o ocorrido, ao Poder Executivo Municipal.

Seção III Da Destinação de Resíduos

Art.106. Os projetos referentes à instalação, operação e encerramento dos sistemas de tratamento e/ou destinação de resíduos sólidos, inclusive da industrialização de granitos, obedecerão às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e aos padrões estabelecidos pela legislação vigente.

Art.107. A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA, definirá as áreas propícias para o tratamento e a disposição dos resíduos líquidos.

Art.108. Os serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento, triagem, reciclagem e destinação de resíduos sólidos serão de responsabilidade do gerador; e, em qualquer caso, deverão ser executados sob a responsabilidade de um técnico especializado.



Art.109. O Poder Executivo Municipal somente poderá aceitar nos seus sistemas de tratamento e de destinação, os resíduos gerados no território municipal ou os que forem autorizados por convênio ou consórcio, após a devida aprovação do Poder Legislativo Municipal.

Art.110. O Poder Executivo poderá limitar o recebimento de resíduos não abrangidos pela coleta regular.

Art.111. Os usuários dos sistemas de destinação e/ou tratamento de resíduos sólidos, públicos ou privados, deverão atender as normas e técnicas estabelecidas para a adequada disposição dos seus resíduos.

§ 1º Nos sistemas de disposição ou tratamento de resíduos operados pela Administração Pública Municipal, somente poderão ser aceitos resíduos identificados e caracterizados pelo gerador, não perigosos (classe II) e inertes (classe III).

§ 2º Não serão aceitos resíduos de processo com água livre nos sistemas de tratamento e/ou disposição de resíduos.

§ 3º Excetua-se deste artigo os resíduos (classe I) patogênicos e tóxicos apreendidos, que poderão ser destinados aos incineradores públicos.

Seção IV **Aterro Sanitário**

Art.112. Toda instalação de tratamento e/ou disposição de resíduos a ser implantada deverá ser provida de um cinturão verde através de plantio de espécies arbóreas de grande porte e rápido crescimento em solo natural. O cinturão verde deverá ter largura mínima de 10m (dez metros), bem como manter uma área vegetada como Reserva Legal, devidamente aprovada, equivalente a 20% do total da área destinada ao Aterro Sanitário.

Art.113. A área de empréstimo, onde se localizarem as jazidas de terra para recobrimento diário do resíduo no aterro sanitário deverá ser recuperada pela empresa responsável pela operação do aterro, evitando a instalação de processos erosivos e de desestabilização dos taludes.

Art.114. O proprietário, operador, órgão público ou privado, gerenciador do sistema de tratamento e/ou destinação serão responsáveis pelo monitoramento e mitigação de todos os impactos a curto, médio e longo prazo do empreendimento, mesmo após o seu encerramento.



Art.115. O líquido percolado resultante dos sistemas de tratamento e/ou destinação final de resíduos, não poderá em nenhuma hipótese ser lançada diretamente em corpos híbridos.

Art.116. Deverão ser incentivadas e viabilizadas soluções que resultem em minimização, reciclagem e/ou aproveitamento racional de resíduos, tais como os serviços de coleta seletiva e o aproveitamento de tecnologias disponíveis afins.

§ 1º A minimização de resíduos será estimulada através de programas específicos, otimizando a coleta e visando a redução da quantidade de resíduos no sistema de tratamento e/ou na disposição final.

§ 2º A reciclagem e/ou aproveitamento de embalagens que acondicionaram substâncias ou produtos tóxicos, perigosos e patogênicos estarão sujeitos às normas e legislação pertinentes.

§ 3º As pilhas ou baterias utilizadas em celulares e em outros aparelhos eletrônicos, quando substituídas deverão ser devolvidas às lojas, magazines etc., onde foram adquiridas e, ou onde exista posto de coleta desse material para que sejam encaminhadas ao fabricante da forma prevista pela Lei Federal 12.305/2010 (Logística Reversa), ficando terminantemente proibida a venda ou doação a sucateiros ou reciclagem em qualquer nível.

§ 4º A Administração Pública Municipal deverá criar dispositivos inibidores para a utilização de embalagens descartáveis e estímulos para as embalagens recicláveis.

Seção V

Extração de Mineral – dependerá do nível de opção dos municípios

Art.117. As atividades de extração de argila, areia, cascalho, saibro e pedras, bem como de outros minerais, previstos nas Portarias 266 e 564/2008, em consonância com a Lei Federal nº 6.567 de 24 de setembro de 1978, deverão ser licenciadas previamente pelo Município, e posteriormente requerido ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Registro de Extração, com base no Decreto Federal nº 3.358/2000 para operar o empreendimento. Será exigida a elaboração e efetiva implementação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), em conformidade como o uso previsto para a área utilizada, devendo ser executado gradativamente durante a operação da atividade.

Parágrafo único. O minerador deverá adotar medidas visando minimizar ou suprimir os impactos sobre a paisagem da região.

Art.118. A extração de pedras por meios industriais somente será licenciada se adotados procedimentos que visem a minimização da emissão de particulados na atmosfera, tanto na lavra, beneficiamento e transporte pelas estradas municipais como no depósito nas áreas demarcadas e a minimização ou supressão dos



impactos sobre a paisagem da região, em especial às margens de rios e implantação de cortinas verdes que isolam visualmente o empreendimento.

Parágrafo único - A extração de pedras fica sujeita ao atendimento das condições mínimas de segurança, especialmente quanto à colocação de sinais nas proximidades, de modo que as mesmas possam ser percebidas distintamente pelos transeuntes a uma distância de, pelo menos, 100 m (cem metros), observando-se, ainda, as seguintes diretrizes:

- I – os empreendimentos de mineração que utilizem, como método de lavra, o desmonte por explosivos (primário e secundário) deverão observar os limites de ruído e vibração estabelecidos na legislação vigente;
- II – as atividades de mineração deverão adotar sistemas de tratamento e disposição de efluentes sanitários e de águas residuais provenientes da lavagem de máquinas;
- III – é obrigatória a existência de caixa de retenção de óleo proveniente da manutenção de veículos e equipamentos do empreendimento; e
- IV – é obrigatória, para evitar o assoreamento, em empreendimentos situados próximos a corpos d'água, a construção de tanque de captação de resíduos finos transportados pelas águas superficiais.

Art.119. Não será permitida a extração mineral com o emprego de explosivos, em uma distância inferior a 1.000 (mil metros) de qualquer via pública, logradouro, habitação ou em área onde acarretar perigo ao público.

Art.120. Será interdita a mina, ou parte dela, licenciada e explorada de acordo com esta Lei, que venha posteriormente, em função da sua exploração, causar perigo ou danos à vida, à propriedade de terceiros ou ao ecossistema.

Art.121. O Poder Executivo Municipal poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras na área de extração de minerais, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas.

Art.122. A instalação de olarias ou cerâmicas deve ter projeto previamente aprovado pelo Poder Executivo Municipal e obedecer às seguintes prescrições:

- I – as chaminés serão construídas de modo que não incomodem os moradores vizinhos, pela fumaça ou emanações nocivas; e
- II – quando as escavações facilitarem a formação de depósito de água, será o empreendedor obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar as cavidades, à medida que for retirado o barro.

Art.123. As atividades minerais já instaladas no Município ficam obrigadas a apresentar um Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD).



§ 1º O Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD), para as novas atividades, deverá ser apresentado quando do requerimento do licenciamento ambiental.

§ 2º As atividades já existentes quando da entrada em vigor desta Lei ficam dispensadas da apresentação do Plano de que trata este artigo, se comprovarem que já dispõem de Plano aprovado pelo órgão ambiental competente do Estado.

§ 3º No caso de exploração de minerais legalmente classificados como de “Classe II”, quando se tratar de área arrendada, o proprietário da terra responderá subsidiariamente pela recuperação da área degradada.

§ 4º O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) deverá ser executado concomitantemente com a exploração.

§ 5º A recuperação de áreas de mineração abandonadas ou desativadas é de responsabilidade do minerador.

§ 6º Os taludes resultantes de atividades minerais deverão receber cobertura vegetal e dispor de sistemas de drenagem, para evitar a instalação de processos erosivos e de desestabilização de terrenos.

CAPÍTULO VI DAS ÁGUAS

Art.124. O lançamento de efluentes, direta ou indiretamente, bem como a drenagem de águas pluviais e servidas de núcleos urbanos para recursos hídricos, obedecendo aos padrões a serem estabelecidos pelo COMMAC.

§ 1º A 1.000 m (um mil metros) a montante de qualquer ponto de tomada d'água para abastecimento de núcleos urbanos fica proibido qualquer tipo de exploração do leito do rio, como também a ocupação humana, instalação de unidades industriais, ou desmatamento a 300m da margem do rio.

§ 2º As águas subterrâneas e as águas superficiais deverão ser protegidas da disposição de resíduos sólidos de projeto de aterro sanitário.

§ 3º É proibido o lançamento de efluentes poluidores em vias públicas, galerias de águas pluviais ou valas precárias.

Art.125. A aprovação de edificações e empreendimentos que utilizem águas superficiais e, ou subterrâneas ficará vinculada à apresentação da autorização administrativa expedida pelo órgão competente.

Art.126. No caso de situações emergenciais, o Poder Executivo Municipal poderá limitar ou proibir, temporariamente o uso da água, ou o lançamento de efluentes em seus cursos.

§ 1º A proibição ou limitação prevista neste artigo será sempre pelo tempo mínimo tecnicamente necessário à solução da situação emergencial.



§ 2º A gestão das águas territoriais é de exclusividade do Estado da Bahia, através dos seus órgãos ambientais competentes reguladas pela Lei Estadual nº 11.612 de 08 de outubro de 2009.

**TÍTULO IV
DA POLUIÇÃO
CAPÍTULO I
DO AR E DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA**

Art.127. A direção predominante dos ventos é parâmetro importante a ser considerado para a localização de áreas industriais, de aterros sanitários e de estações de tratamento de esgoto, assim como de atividades geradoras de gases e emissões atmosféricas potencialmente poluidoras ou que causem incômodo às populações próximas.

Art.128. É proibida a queima, ao ar livre, de resíduos sólidos, líquidos, pastosos ou gasosos, assim como de qualquer outro material combustível, podendo, entretanto, o Poder Executivo Municipal autorizar as queimas ao ar livre, em situações emergenciais ou se em caso concreto, assim o recomendar.

Art.129. Nos casos de fontes de poluição atmosférica para as quais não existam padrões de emissão estabelecidos, deverão ser adotados sistemas de controle e/ou tratamento que utilizem as tecnologias mais eficientes para o caso.

Art.130. Nos casos de demolição, deverão ser tomadas medidas objetivando evitar ou restringir as emanções de material particulado.

Art.131. É proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora.

**CAPÍTULO II
DA POLUIÇÃO SONORA E DO COMPORTAMENTO URBANO**

Art.132. Nenhum equipamento de emissão sonora poderá ser utilizado em vias públicas sem o devido licenciamento ambiental, em especial, após o aferimento do seu potencial.

Art.133. Os empreendimentos ou atividades destinados à diversão pública, deverão ser licenciados pelo órgão competente municipal antes da sua instalação.

§ 1º Entendem-se como divertimentos públicos, para efeitos desta Lei, os que se realizam em locais abertos ou em recintos fechados de livre acesso ao público.



§ 2º Excetuam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe em sua sede, ou as realizadas em residências particulares, esporadicamente.

§ 3º Nenhum estabelecimento comercial ou de diversões noturnas poderá funcionar sem o alvará de localização e licença ambiental para execução de música ao vivo e mecânica.

§ 4º Para execução de música ao vivo e, ou mecânica, em estabelecimentos comerciais ou de diversões noturnas, é necessária uma total adequação acústica do prédio onde se situe que deverá ser comprovada e aprovada pelo órgão ambiental local competente para o licenciamento, e se for o caso, exigido o Laudo próprio de Vistoria do Corpo de Bombeiros, para a atividade.

§ 5º Para a execução de música ao vivo nas ruas e logradouro público é necessária licença específica emitida pelo órgão ambiental do município, especificando data, horário e local da apresentação, obedecendo aos níveis de decibéis estabelecidos pela legislação vigente e respeitando o sossego da vizinhança.

Art.134. A armação de circos ou parques de diversão só poderá ser permitida em locais previamente aprovados pelo Poder Executivo Municipal, sendo passíveis de licenciamento ambiental.

§ 1º Ao conceder a autorização, poderá o Poder Executivo Municipal estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de manter a segurança, a ordem, a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Chorrochó - COMMAC.

§ 2º Os circos e, ou parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades competentes.

§ 3º Não será autorizada a armação de circos que incluem animais presos em jaulas, sem a devida comprovação de regularidade diante do órgão ambiental competente.

TÍTULO V
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
CAPÍTULO I
DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Art.135. Compete a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA apurar de forma imediata as infrações administrativas ambientais em processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos dispostos nesta lei.

Parágrafo único. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORROCHÓ– CNPJ: 13.915.665/0001-77
Praça Cel. João Sá, 665, Centro – CEP 48660-000 Chorrochó-BA
Fone/Fax: (75) 3477-2174 email: pmchorrocho@globo.com



Art.136. Para apuração das infrações administrativas ambientais deverá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA dispor seu quadro, servidores públicos devidamente investidos no exercício do poder de polícia administrativo.

Parágrafo único. São infrações administrativas ambientais, de caráter material, aquelas que voluntária ou involuntariamente, resultem em risco, contaminação ou na efetiva poluição ou degradação ambiental dos recursos naturais do município, e de caráter formal, aquelas que desrespeitem os processos de licenciamento, autorizações e demais procedimentos previstos nesta Lei.

Art.137. No exercício da ação fiscalizadora fica autorizada aos agentes, a entrada a qualquer dia e hora, e a sua permanência pelo tempo que se fizer necessário, em instalações industriais, comerciais, prestadoras de serviços, agropecuárias, atividades sociais, religiosas ou recreativas, empreendimentos imobiliários rurais e urbanos e outros, sejam eles públicos ou privados.

Art.138. A entidade fiscalizada deve colocar à disposição dos agentes, as informações necessárias e os meios adequados à perfeita execução de seu dever funcional.

Art.139. Os agentes, quando obstados, poderão requisitar força policial para o exercício de suas atribuições, em qualquer parte do território municipal.

Art.140. Aos agentes no exercício de sua função de fiscalização, monitoramento e controle ambiental, compete: Atuar preventivamente, exercendo o papel de multiplicadores das ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e, em especial:

- a) A conscientização e capacitação da população para a gestão de limpeza urbana;
- b) A conscientização da população quanto à importância da conservação e preservação dos recursos hídricos;
- c) A orientação da população dos núcleos urbanos externos à sede municipal para o uso dos dispositivos a serem implantados com a execução dos projetos de saneamento básico;
- d) A orientação da população residente nas áreas críticas de alagamentos ou de deslizamentos, para que colabore na adoção de medidas preventivas e corretivas para minimizar os efeitos destas ocorrências;
- e) A conscientização e orientação da população para que esta participe na fiscalização e manutenção dos equipamentos públicos e comunitários implantados.

- I- Efetuar vistorias em geral, levantamentos e avaliações;
- II- Efetuar medições, coletas de amostras e inspeções;
- III- Elaborar relatórios técnicos de inspeção;



IV- Verificar as ocorrências de infrações e aplicar respectivas penalidades, nos termos da legislação vigente;

V- Lacrar equipamentos, unidades produtivas ou instalações, nos termos da legislação vigente e

VI- Exercer outras atividades que lhes forem designadas.

Art.141. Em qualquer caso de derramamento, vazamento ou lançamento, acidental ou não, de material perigoso por fontes fixas ou móveis, os responsáveis deverão comunicar imediatamente ao Poder Executivo Municipal, sob as penas da lei, o local, horário e a estimativa dos danos ocorridos avisando, também, às autoridades de trânsito e à Defesa Civil, quando for o caso.

Art.142. O Poder Executivo Municipal poderá exigir, nos eventos e acidentes, do poluidor:

I- A instalação imediata e operação de equipamentos automáticos de medição, com registradores, nas fontes de poluição, para o monitoramento das quantidades e qualidades dos poluentes emitidos;

II- A comprovação da quantidade e qualidade dos poluentes emitidos, através da realização de análises e amostragens;

III- A adoção de medidas de segurança para evitar os riscos ou efetiva poluição ou degradação das águas, do ar, do solo ou subsolo, assim como, outros efeitos indesejáveis ao bem estar da comunidade e

IV- A relocação de atividades poluidoras que, em razão de sua localização, processo produtivo ou fatores deles decorrentes, mesmo após adoção de sistema de controle, não tenham condições de atender as normas padrões legais.

Art. 143. O monitoramento de atividades, processos e obras que causem ou possam causar impactos ambientais será realizado por todos os meios e formas admitidos em lei e tem por objetivos:

I- Aferir o atendimento aos padrões de emissão e aos padrões de qualidade ambiental estabelecido para região em que se localize o empreendimento;

II- Avaliar os efeitos de políticas, planos, programas e projetos de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social e III- Subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em caso de acidentes ou episódios críticos de poluição.

III- Subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em caso de acidentes ou episódios críticos de poluição.

Art.144. Caberá ao responsável pelo empreendimento ou atividade, adotar as medidas corretivas eliminatórias ou mitigadoras fixadas pelo COMDEMA, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

Art.145. O interessado será responsável, sob as penas da Lei, pela veracidade das informações e pela comunicação ao Poder Executivo Municipal das condições



temporárias ou não, lesivas ao meio ambiente, devendo apresentar periodicamente o relatório de auto monitoramento, quando por este solicitado.

CAPÍTULO II DAS ESPECIFICAÇÕES

Art. 146. A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei e das normas, dela decorrentes será realizada pelos agentes de proteção ambiental, pelos demais servidores públicos para tal fim.

Art. 147. Consideram-se para os fins deste capítulo os seguintes conceitos:

Advertência: é a intimação do infrator para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções.

Apreensão: ato material decorrente do poder de polícia e que consiste no privilégio do poder público de assenhorear-se de objeto ou de produto da fauna ou da flora silvestre.

Auto: instrumento de assentamento que registra, mediante termo circunstanciado, os fatos que interessam ao exercício do poder de polícia.

Auto de Constatação: registra a irregularidade constatada no ato da fiscalização, atestando o descumprimento preterido ou iminente da norma ambiental e adverte o infrator das sanções administrativas cabíveis.

Auto de Infração: registra o descumprimento de norma ambiental e consigna a sanção pecuniária cabível.

Demolição: destruição forçada de obra incompatível com a norma ambiental.

Embargo: é a suspensão ou proibição da execução de obra ou implantação de empreendimento.

Fiscalização: toda e qualquer ação de agente fiscal credenciado visando ao exame e verificação do atendimento às disposições contidas na legislação ambiental, nos seus regulamentos e nas normas deles decorrentes.

Infração: é o ato ou omissão contrário à legislação ambiental, a esta Lei e às normas delas decorrentes.

Infrator: é a pessoa física e, ou jurídica cujo ato ou omissão, de caráter material ou intelectual, provocou e concorreu para o descumprimento da norma ambiental.

Interdição: é a limitação, suspensão ou proibição do uso de construção, exercício de atividade ou condução de empreendimento.

Intimação: é a ciência ao administrador, da infração cometida, da sanção imposta e das providências exigidas, consubstanciada no próprio auto ou em edital.

Multa: é a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o administrado em decorrência da infração cometida.

Poder de Polícia: é a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse, atividade e empreendimento, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à proteção, controle ou



conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida no Município de Chorrochó - Bahia.

Reincidência: é a perpetração de infração da mesma natureza ou de natureza diversa, pelo agente anteriormente autuado por infração ambiental. No primeiro caso trata-se de reincidência específica e no segundo de reincidência genérica. A reincidência observará um prazo máximo de 05 (cinco) anos entre uma ocorrência e outra.

Art.148. No exercício da ação fiscalizadora serão assegurados aos agentes fiscais do quadro efetivo, o livre acesso e a permanência, pelo tempo necessário, nos estabelecimentos públicos ou privados.

Art.149. Mediante requisição da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA, o agente fiscal poderá ser acompanhado por força policial no exercício da ação fiscalizadora.

Art.150. Aos agentes fiscais ambientais, compete:

- I - Efetuar visitas e vistorias;
- II - Verificar a ocorrência da infração;
- III - Lavrar o auto correspondente fornecendo cópia ao autuado;
- IV - Elaborar relatório de vistoria e
- V - Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva.

Art.151. A fiscalização e a aplicação das penalidades de que tratam este capítulo, dar-se-ão por meio de:

- I - Auto de constatação;
- II - Auto de infração;
- III - Auto de apreensão;
- IV - Auto de embargo;
- V - Auto de interdição e
- VI - Auto de demolição.

Parágrafo único. Os autos serão lavrados em três vias destinadas:

- a) A primeira, ao autuado;
- b) A segunda, ao processo administrativo e
- c) A terceira, ao arquivo.

Art.152. Constatada a irregularidade, será lavrado o auto correspondente, nele existindo:

- I - O nome da pessoa física ou jurídica autuada, com respectivo endereço;
- II - O fato constitutivo da infração e o local, hora e data respectivos;
- III - O fundamento legal da autuação;



IV - A penalidade aplicada e, quando for o caso, o prazo para correção da irregularidade;

V - Nome, função e assinatura do autuante;

VI - Prazo para apresentação da defesa.

Art. 153. Na lavratura do auto, as omissões ou incorreções não acarretarão nulidade se do processo constar elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.

Art.154. A assinatura do infrator ou seu representante não constitui formalidade essencial à validade do auto, nem implica em confissão, nem a recusa constitui agravante.

Art.155. Através do auto, será intimado o infrator:

I - Pelo autuante, mediante assinatura do infrator;

II - Por via postal, fax ou telex, com prova de recebimento e

III - Por edital, nas demais circunstâncias.

Parágrafo único. O edital será publicado uma única vez, em órgão de imprensa oficial, ou em jornal de grande circulação.

Art.156. São critérios a serem considerados pelo autuante na classificação de infração:

I - A maior ou menor gravidade;

II - As circunstâncias atenuantes e as agravantes e

III - Os antecedentes do infrator.

Art.157. Para a aplicação da pena de multa, expedida pelo Poder Executivo Municipal, através da SEAMA as infrações em matéria ambiental são classificadas em:

I - Leves - as eventuais ou as que não venham a causar risco ou dano à saúde, à flora, à fauna, nem provoque alterações sensíveis ao meio ambiente;

II - Graves - as que venham a prejudicar a saúde, à segurança e ao bem estar ou causar danos relevantes à fauna, à flora e a outros recursos naturais e

III - Gravíssimas - as que provoquem iminente risco à vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais.

Art.158. São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, em conformidade com normas, critérios e especificações determinadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA;

II - Comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental;



- III - Colaboração com os agentes e técnicos encarregados da fiscalização e do controle ambiental e
IV - O infrator não ser reincidente e a falta cometida ser de natureza leve.
V – As demais previstas na Lei Federal nº. 9.605/98 que não sejam menos restritivas as aqui dispostas.

Art.159. São consideradas circunstâncias agravantes:

- I - Cometer o infrator reincidência específica ou infração continuada;
II - Ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
III - Coagir outrem para a execução material da infração;
IV - Ter a infração consequência grave ao meio ambiente;
V - Deixar o infrator de tomar as providências ao seu alcance, quando tiver conhecimento do ato lesivo ao meio ambiente;
VI - Ter o infrator agido com dolo e
VII - Atingir a infração áreas sob proteção legal.
VIII - As demais previstas na Lei Federal nº. 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais) que não sejam menos restritivas as aqui dispostas

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 160. Os responsáveis pela infração ficam sujeitos às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas independentemente:

- I - Advertência por escrito em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;
II - multa simples;
III - Apreensão de produtos e subprodutos da fauna e flora silvestres, instrumentos, apetrechos e equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;
IV - Embargo ou interdição temporária de atividade até correção da irregularidade;
V - Cassação de alvarás, licenças, e a consequente interdição definitiva do estabelecimento autuado, serão efetuadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo;
VI - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;
VII - Reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definida, pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA e,
VIII - Demolição.

§ 1º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente, as penas cominadas.

§ 2º A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis. Parágrafo terceiro - Sem obstar a aplicação das



penalidades previstas neste artigo, é o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

Art.161. O valor das multas será de R\$ 500,00 (quinhentos reais) à R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), classificadas como leves, graves e gravíssimas, levando-se em conta os atenuantes e os agravantes.

§ 1º Ao quantificar a penalidade, a autoridade administrativa fixará inicialmente a pena base, correspondente ao valor intermediário dos limites mínimos e máximos, reduzindo-a de acordo com os atenuantes aumentando-a de acordo com os agravantes existentes.

§ 2º Poderão ser estipuladas multas com valores diários, enquanto persistirem as irregularidades.

Art.162. O valor da multa será reduzido em 20% (vinte por cento) se o pagamento da mesma for efetuado em sua totalidade, até a data do vencimento.

Art.163. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 164. As penalidades poderão incidir sobre:

I - O autor material;

II - O mandante e

III - Quem de qualquer modo concorra à prática ou dela se beneficie.

Art.165. O recolhimento do valor da multa imposta será revertido em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, que se utilizará desses recursos para financiar projetos ou programas de conservação e educação ambiental bem como para a compra de equipamentos para um bom desenvolvimento da fiscalização e poder de polícia do município.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS

Art.166. O autuado poderá apresentar defesa no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do recebimento da notificação.

Art.167. A defesa da sanção ou da ação fiscal instaura o processo de contencioso administrativo em primeira instância.

Parágrafo único. A impugnação mencionará:

I - Autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - A qualificação do impugnante;



III - Os motivos de fato e de direito em que se fundamentar;

IV - Os meios de provas a que o impugnante pretenda produzir, expostos os motivos que as justifiquem.

Art. 168. Oferecida a impugnação, o processo será encaminhado ao fiscal autuante ou servidor designado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, que sobre ela se manifestará, no prazo de 10 (dez) dias, dando ciência ao autuado.

Art. 169. Fica vedado reunir em uma só petição, impugnação ou recurso referente a mais de uma sanção ou ação fiscal, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo infrator.

Art.170. O julgamento do processo administrativo, e os relativos ao exercício do poder de polícia, serão de competência:

I - em primeira instância, por uma Junta de Impugnação Fiscal – JIF, nos processos que versarem sobre toda e qualquer ação fiscal decorrente do exercício do poder de polícia.

§ 1º O processo será julgado no prazo de 30 (trinta) dias a partir de sua entrega na JIF.

§ 2º A JIF, dará ciência da decisão ao sujeito passivo, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la ao prazo de 20 (vinte) dias contados da data de seu recebimento.

II - em segunda e última instância administrativa, do COMMAC, órgão consultivo, deliberativo e normativo do SISMUMA;

§ 3º O COMMAC proferirá decisão no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do recebimento do processo, no plenário do Conselho.

§ 4º - Se o processo depender de diligência, este prazo passará a ser contado a partir da conclusão daquela.

§ 5º Fica facultado ao autuante e ao autuado juntar provas no decorrer do período em que o processo estiver em diligência.

Art.171. A JIF será composta de 03 (três) membros do COMMAC, designados pelo Coordenador Geral e Presidente do mesmo.

Parágrafo único. Caberá ao Secretário do Meio Ambiente, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável presidir a JIF.

Art.172. Compete presidente da JIF:

I - presidir e dirigir todos os serviços da JIF, zelando pela sua regularidade;

II - determinar as diligências solicitadas;

III – proferir voto ordinário e de qualidade, sendo esse fundamentado;

IV - assinar as resoluções em conjunto com os membros da Junta;

V - interpor recurso de ofício ao COMMAC, quando for o caso;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORROCHÓ– CNPJ: 13.915.665/0001-77

Praça Cel. João Sá, 665, Centro – CEP 48660-000 Chorrochó-BA

Fone/Fax: (75) 3477-2174 email: pmchorrocho@globo.com



Art.173. São atribuições dos membros da JIF:

- I - examinar os processos que lhe forem distribuídos, apresentando, por escrito, no prazo estabelecido, relatório com pareceres conclusivos;
- II - solicitar esclarecimentos, diligências ou visitas, se necessário;
- III - proferir voto fundamentado;
- IV - proferir, se desejar, voto escrito e fundamentado;
- V - redigir as resoluções, nos processos em que funcionar como relator desde que vencedor o seu voto;
- VI - redigir as resoluções quando vencido o voto do relator.

Art.174. A JIF deverá elaborar o regimento interno, para disciplinamento e organização dos seus trabalhos, submetendo-se ao exame e sanção do Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Art.175. Sempre que houver impedimento do membro titular da JIF, o presidente deverá convocar o seu respectivo suplente, com antecedência de 24 horas.

Art.176. A JIF realizará uma sessão ordinária semanal, e tantas extraordinárias quanto necessário, dependendo do fluxo de processos.

Art.177. O Presidente da JIF recorrerá de ofício ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento do tributo ou de sanção fiscal, do valor originário não corrigido monetariamente, superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art.178. Não sendo cumprida, nem impugnada a sanção fiscal, será declarada à revelia e permanecerá o processo na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, pelo prazo de 20 (vinte) dias para cobrança amigável de crédito constituído.

Parágrafo único - Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito constituído, a SEAMA declarará o sujeito passivo devedor omissor e encaminhará o processo à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para inscrição do débito em dívida ativa e promoção de cobrança executiva pela Procuradoria Municipal, quando não for caso de reparação de dano ambiental.

Art.179. São definitivas as decisões:

§ 1º De primeira instância:

- I - Quando esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto, e,
- II - Quando a parte não for objeto de enfoque no recurso voluntário.

§ 2º De segunda e última instância recursal administrativa.



Art.180. Não serão conhecidos recursos sem o prévio recolhimento do valor pecuniário da multa imposta

CAPÍTULO V

DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CHORROCHÓ

Art.181. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Chorrochó-COMMAC, órgão superior do SISMUMA, com funções de natureza consultiva, deliberativa, normativa, resolutive e recursal, tem por finalidade apoiar o planejamento e acompanhamento da Política Municipal do Meio Ambiente e da Proteção da Biodiversidade e das diretrizes governamentais voltadas para o meio ambiente, a biodiversidade e a definição de normas e padrões relacionados à preservação e conservação dos recursos naturais, competindo-lhe:

I – estabelecer diretrizes complementares para a implantação da Política Municipal do Meio Ambiente e da Proteção da Biodiversidade;

II – aprovar o Plano Municipal do Meio Ambiente e da Proteção da Biodiversidade;

III – manifestar-se sobre planos, programas e projetos dos órgãos do Poder Público Municipal, que possam interferir na preservação, conservação e melhoria do meio ambiente;

IV – estabelecer diretrizes, normas, critérios e padrões relativos ao uso, controle e manutenção da qualidade do meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;

V – estabelecer diretrizes, normas e critérios para o licenciamento ambiental;

VI – propor áreas prioritárias para a conservação no território municipal;

VII – aprovar Plano de Manejo de Unidades de Conservação e suas atualizações, ouvidos os respectivos conselhos gestores;

VIII – propor temas prioritários para as pesquisa aplicada à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais;

IX – avocar, mediante ato devidamente motivado, aprovado por maioria simples, para se manifestar sobre licenças ambientais para empreendimentos ou atividades de médio, grande ou excepcional porte;

X – decidir em grau de recurso, como última instância administrativa, sobre penalidades impostas pelo órgão executor da Política Municipal do Meio Ambiente e da Proteção à Biodiversidade;

XI – elaborar, aprovar e publicar por resolução, o seu Regimento Interno e respectivas alterações;

XII – criar e extinguir câmaras técnicas e setoriais, podendo atribuir-lhes algumas das suas competências deliberativas, nos termos do regulamento desta Lei.

XIII – avaliar e aprovar projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, nas hipóteses previstas em lei.



CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.182. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de cooperação técnica com o estado para implantar as ações de descentralização da Gestão Ambiental do Município e de fortalecimento do Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA.

Art.183. O Município poderá celebrar consórcios públicos, convênios e outros instrumentos similares com outros órgãos e entidades públicas ou privadas, com o objetivo de garantir melhor capacidade técnica para a gestão ambiental.

Art.184. O licenciamento das atividades não consideradas de impacto ambiental local será de responsabilidade do Estado ou da União, conforme determina o Decreto Estadual nº. 14.024 de 06 de junho de 2012, alterado pelo Decreto Estadual nº 14.032 de 15 de junho de 2012.

Art.185. Competirá ao Estado, em caráter supletivo, exercer o licenciamento de atividades e empreendimentos de impacto local, enquanto o Município não estiver estruturado nos termos da Resolução de que trata o artigo anterior ou por legislação vigente.

Art.186. As ocorrências não previstas nesta Lei serão supridas pela Legislação Federal e, ou Estadual vigente.

Art.187. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo 60 (sessenta dias), revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chorrochó - BA, em 24 de Fevereiro de 2015.

Rita de Cássia Campos Souza
Rita de Cássia Campos Souza
PREFEITA MUNICIPAL